

Após a retrospectiva com os principais gráficos que explicaram o desempenho da economia em 2018, vamos utilizar o primeiro Opinião de 2019 para elencar os cinco tópicos externos e internos que, na nossa visão, serão os principais temas de 2019, são eles: guerra comercial, desaceleração global, política monetária americana, política fiscal no Brasil e crescimento da economia brasileira.

Sobre a guerra comercial, deverá começar na próxima semana uma nova rodada de negociações entre Estados Unidos e China. O presidente americano, Donald Trump, elevou a tarifa de US\$ 200 bilhões de importações chinesas, mas postergou novo o aumento até o dia 1º de março, esperando um acordo entre os dois países. Apesar de Pequim ter se comprometido em aumentar as compras de produtos americanos, em especial do setor agropecuário, a principal questão entre as duas maiores economias do mundo, a política industrial e tecnológica da China, parece estar longe de ser resolvida. Por isso, ainda é provável o surgimento de novas tarifas e uma escalada comercial entre os dois países nos próximos meses.

Parece claro que a grande questão para Trump não é o déficit comercial que seu país tem com a China, mas sim a forma com que a segunda maior economia do mundo está avançando em setores de alta tecnologia. No entanto, até o momento, não há nenhuma evidência de que as autoridades de Pequim estejam dispostas a fazer concessões nestas áreas. A política industrial e os setores de tecnologia são centrais para a agenda do presidente chinês, Xi Jinping, de tornar o país uma superpotência em inovação.

Sem vislumbrar um acordo no curto prazo, a probabilidade é alta de que novas tarifas sejam impostas sobre as importações chinesas. Pequim, por sua vez, deve anunciar mais medidas de retaliação, elevando a tensão comercial global. O FMI reduziu sua projeção para o crescimento global este ano de 3,9% para 3,7%, em função da escalada das tensões comerciais.

Esse assunto já nos leva ao próximo grande tópico de 2019: desaceleração da economia global. Neste caso vale uma menção especial à China, onde a análise é mais complexa, já que não temos tantos dados confiáveis sobre a economia do país. Diante dos indicadores recentes, é provável que a economia chinesa mantenha tendência de leve desaceleração, acompanhada das reformas estruturais. Uma ruptura do crescimento chinês é extremamente difícil de ser antecipada, por enquanto esperamos que qualquer movimento mais forte de acomodação da atividade do país seja acompanhado de medidas de estímulos à economia, como a anunciada pelo Povo do Banco da China (PBoC) nesta semana, de corte da taxa de compulsórios.

Além do aumento do protecionismo, que gera um impacto negativo sobre a atividade global, o processo de normalização das políticas monetárias nas principais economias deve impulsionar menos o crescimento este ano.

Nos Estados Unidos, o aumento dos juros juntamente com a redução dos efeitos da política fiscal expansionista, implementada por Trump no final de 2017, reduzirão o crescimento da economia em 2019. Difícil acreditar que o PIB do país continuará se expandindo a taxa próxima de 3% este ano. Dados recentes rechaçam a probabilidade de uma recessão no país, e estão mais em linha com um crescimento moderado, ainda assim, acima do potencial.

Especificamente sobre a política monetária nos Estados Unidos, como acreditamos em um crescimento ainda acima do potencial em 2019, acompanhado de uma taxa de inflação na meta, vislumbramos mais 2 aumentos dos juros este ano. Nas últimas comunicações, o Fed deixou claro que as próximas decisões de política monetária estariam dependentes dos dados da economia americana. Sendo assim, à medida que os indicadores de 2019 começarem a sinalizar um crescimento ainda consistente do PIB, os mercados devem revisar suas expectativas para a trajetória do Fed Funds este ano.

A manutenção do processo de retirada dos estímulos monetários pelas grandes economias deve continuar impactando os mercados emergentes, em especial o Brasil. Para minimizar esses efeitos externos é de extrema importância que façamos a lição de casa, aprovando as reformas estruturais que reequilibram as contas públicas. Internamente, a política fiscal em geral, e a Reforma da Previdência, em especial, devem ser os principais temas de 2019.

Neste início de ano, as incertezas a cerca deste tema são diversas, e apenas com o passar das semanas poderemos resolver algumas dessas questões. Primeiro, é de extrema importância sabermos qual texto da Reforma da Previdência será apoiado pela nova equipe econômica. Anteriormente, estimava-se que a proposta de Michel Temer, que já está em tramitação no Congresso, geraria uma economia da R\$ 650 bilhões em 10 anos. Atualmente, existem propostas mais duras que, com certeza, resultariam em uma economia mais elevada, mas, ao mesmo tempo, enfrentariam maiores dificuldades de serem aprovadas. Por outro lado, textos que permitam maiores flexibilizações das regras, apesar de encontrarem menores obstáculos para serem aprovados, podem não resultar no reequilíbrio das contas públicas. Sendo assim, cabe ao novo governo encontrar uma balança entre essas duas questões. O atual ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou em sua cerimônia de posse que a Reforma da Previdência é pilar central deste novo governo e que através dela o país poderá entrar em uma tendência de crescimento sustentável nos próximos anos.

Com isso, chegamos ao nosso último grande tópico de 2019: crescimento da economia brasileira. Nossa projeção é de que o PIB expanda 2,5% este ano, após avançar 1,2% em 2018. No entanto, essa previsão embute algumas probabilidades. A aprovação de reformas estruturais no primeiro semestre deste ano pode gerar um impacto positivo na atividade, principalmente via aumento da confiança de consumidores e empresários. Neste cenário, a

expansão do PIB poderá superar os 3% em 2019. Por outro lado, caso o governo não consiga aprovar as medidas necessárias para reequilibrar as contas públicas, podemos retomar o ciclo vicioso de perda de credibilidade e desaceleração econômica. Neste caso, mais um crescimento do PIB abaixo de 2% em 2019 parece o mais provável.

Este material possui cunho meramente informativo, não constituindo qualquer tipo de oferta, convite, proposta ou aconselhamento por parte do Banco ABC Brasil S.A. ("Banco") aos seus destinatários para quaisquer fins, inclusive, mas não limitado, à contratação ou não de operações financeiras, negócios ou investimentos, bem como quanto ao desenvolvimento por estes, ou não, de quaisquer estratégias correlatas. O envio deste material aos seus destinatários se dá de forma gratuita e por mera liberalidade do Banco, não se configurando como qualquer tipo de produto ou prestação de serviços por parte deste, ao qual fica reservado o direito de descontinuar o envio destas informações a qualquer tempo e sem qualquer tipo de aviso prévio a seus destinatários. As informações contidas neste material foram obtidas de fontes públicas e consideradas razoavelmente apuradas na data de sua divulgação. O Banco não confere aos destinatários deste material qualquer espécie de garantia, direito ou pretensão no que se refere às informações ora apresentadas, bem como quanto à sua exatidão, completude, isenção, confiabilidade ou atualização. Quaisquer decisões, contratações, investimentos, negócios ou estratégias, relacionadas ou não às informações ora apresentadas, deverão ser adotadas, efetuadas ou desenvolvidas pelos destinatários deste material exclusivamente de acordo com seus critérios de avaliação próprios e sob sua integral responsabilidade, com base nas informações por estes obtidas de forma independente e de acordo com a análise e opinião de seus consultores, analistas e administradores próprios. O Banco não será responsável, perante os destinatários deste material ou quaisquer terceiros, por qualquer forma de utilização das informações ora apresentadas, bem como por quaisquer perdas diretas, indiretas ou quaisquer tipos de prejuízos e/ou lucros cessantes que possam ser decorrentes do uso deste conteúdo. Este material e as informações dele constantes somente poderão ser reproduzidos, divulgados ou redistribuídos com a expressa anuência por escrito do Banco. Este material não se constitui, e não deve ser interpretado, para quaisquer fins, como relatório de análise nos termos do artigo 1º da Instrução CVM n.º 483, de 06 de Julho de 2010.